

CAMINHAR JUNTOS, RENOVAR A ESPERANÇA

2025-2026

Partilhar Uma Esperança Viva!!

Plano Pastoral
Diocese de Vila Real
2025 / 2026





Triénio

Diocese de Vila Real

2023/24 - Família de Cristo gerada no Batismo

2024/25 - Corresponsáveis ao serviço da missão

2025/26 - Partilhar uma esperança viva



O ano pastoral de 2025-26, na diocese de Vila Real, completará este triénio que foi inspirado pelo lema: «*Caminhar juntos, renovar a esperança*». Tem sido um caminho comum proposto a todos os que fazem parte desta Igreja Local, uma igreja que vive neste tempo e nesta cultura cheia de promessas e contradições. O desafio tem sido o de caminhar juntos, unidos pelos vínculos da fé e do batismo, chamados a edificar a comunidade dos crentes, sempre fiéis à missão de anunciar a esperança no futuro com a marca da salvação de Deus.

O tema específico do novo ano será: «*Partilhar uma esperança viva*». De facto, a esperança que anima os cristãos é uma esperança forte, fundada na Páscoa de Jesus Cristo, e por isso uma esperança que não morre nem desilude. Uma esperança que recebemos de Deus pelo dom do seu Espírito e que nos une uns aos outros. Uma esperança forte e resistente, capaz de vencer todas as contrariedades e de não se deixar abater pelos sofrimentos. Até ao final do Ano Jubilar, somos chamados a partilhar essa esperança, de modo particular com todos os que dela mais carecem: os pobres, os doentes, reclusos, migrantes.

O novo ano pastoral será fortemente marcado pela implementação das orientações do sínodo sobre a sinodalidade. As conclusões que constam do Documento Final,



apresentadas pelo Papa Francisco como ensinamento do magistério, constituirão a base para a reflexão e ação das igrejas locais. A este propósito, além dos encontros a nível diocesano, seria desejável que nos arciprestados e nas paróquias ou conjunto de paróquias, outras comunidades e instituições se realizassem **assembleias sinodais** tendentes a concretizar algumas das intuições e sugestões do sínodo. Serão experiências que fortalecerão o sentido de Igreja e promoverão processos de renovação aos vários níveis.

A primeira prioridade proposta a todos é a de fomentar **o crescimento do espírito sinodal**, traduzido em processos e práticas verdadeiramente sinodais. Esta é a atitude que se pede e deseja para a Igreja do nosso tempo. Uma Igreja capaz de escutar, cultivando o diálogo e o encontro, fortalecendo o espírito de comunhão e unidade no seio das comunidades e instituições e no sentido de partilha e entreaajuda entre si. Nos arciprestados e paróquias, nos vários grupos, movimentos e instituições eclesiais, é fundamental fomentar este espírito que precisa de se concretizar em práticas autenticamente sinodais.

A renovação sinodal tem como pressuposto essencial **uma maior participação dos leigos**. Nesse sentido importa estimular e reforçar o envolvimento dos mais jovens e das famílias na vida das comunidades. E, sendo verdade que muitas delas estão envelhecidas, torna-se necessária uma



maior atenção ao acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens, sem deixar de cuidar dos mais idosos, dos frágeis, dos que vivem sós.

Finalmente, é dirigida a todos a proposta de cultivar a caridade como expressão da esperança. Um dos aspetos referidos na Bula de proclamação do ano jubilar era o da necessidade de levar sinais de esperança a alguns grupos mais desfavorecidos. A esperança cristã não se refugia em utopias ou proclamações abstratas mas tende a concretizar-se em sinais concretos de caridade e amor ao próximo. Nesse sentido, importa **reforçar a identidade cristã da rede de instituições do setor social**: Misericórdias, Centros Sociais Paroquiais, Patronatos e Fundações e outro tipo de associações de matriz cristã. Por outro lado, nas comunidades paroquiais será oportunidade de **reativar ou criar grupos** ligados à caridade (Conferências de São vicente de Paulo, Grupos Cáritas e outros).

As propostas e prioridades, apresentadas neste plano pastoral representam uma ajuda para um maior dinamismo e renovação da vida das comunidades cristãs. Representam também um grande sinal de comunhão, unidade e partilha pastoral, no fundo uma expressão do espírito sinodal que gostaríamos de ver crescer em todos os âmbitos da vida diocesana.



Que o Espírito Santo a todos ilumine e fortaleça ao longo do novo ano pastoral e Maria, Nossa Senhora da Conceição nos favoreça com a sua proteção maternal.

Vila Real, 1 de Julho de 2025
+António Augusto de Oliveira Azevedo



Pórtico

*Bendito seja Deus,
Pai do Nosso Senhor Jesus Cristo,
que na sua grande misericórdia
nos gerou de novo
- através da ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos -
para uma esperança viva,
para uma herança incorruptível,
imaculada e indefectível,
reservada no Céu para vós,
a quem o poder de Deus guarda, pela fé,
até alcançardes a salvação que está pronta
para se manifestar no momento final.*

(1Pd, 1,3-5)

A Primeira Epístola de Pedro, conhecida como a carta de *esperança*, depois das saudações, abre com um hino de louvor. O ser humano, reconhecendo humildemente que a vida vem de Deus, bendiz, louva e agradece: “Bendito seja Deus”.

Atribui a Deus duas características: *misericórdia e poder*.

A misericórdia de Deus não é simplesmente, como para os gregos, a emoção sentida perante o sofrimento dos inocentes. A misericórdia bíblica é *hésed*, a vontade inabalável de se manter firme na decisão de amar, de fazer



aliança. Deus amou-nos antes, amou-nos apesar de tudo, com um amor mais forte do que todas as nossas recusas. Desta misericórdia nasce a Igreja. "Vós, que antes éreis excluídos da misericórdia, agora alcançastes a misericórdia", diz 1Pd (2,10) mais adiante. Ou chegamos a este mar ou corremos o risco de encalhar nos baixios dos nossos próprios riachos. Ou asseguramos ao outro este amor, ou a aventura cristã não terá sequer começado para nós.

Ao serviço deste amor, Deus coloca todo o seu poder. "Nada é impossível a Deus", recorda o anjo a Maria. Deus pode, a partir de um vaso despedaçado, criar um vaso novo.

Pelo seu poder e pela sua misericórdia Deus nos gerou de novo. A vida cristã é um novo nascimento. Isto é dito por aquele "para" que Pedro utiliza três vezes: somos regenerados para uma **esperança viva**, que é depois definida como uma herança que não se deteriora, não se mancha, não vacila nem engana, e uma salvação que em breve se revelará. Entre os quatro verbos hebraicos que exprimem esperança, um deriva do termo *qaw*, que significa a corda dos pedreiros. Esperar é estar inteiramente estendido em direção a algo.

Deus oferece-nos o fruto da árvore da vida. Só se pode recebê-lo como um dom, aceitando ser regenerado, isto é, nascer para uma vida nova. Uma vida que implica novos olhos, novos desejos, novas escolhas que são o início de uma



esperança que florescerá numa herança incorruptível, "reservada no céu para vós". O perfeito indica: constantemente e seguramente preservado e prestes a ser revelado, pronto a manifestar-se.

Aquele que inicialmente se chamava "Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo" revela-se como nosso Pai: porque é o pai que gera, é o pai que dá a herança. É também o pai que guarda o filho enquanto ele cresce. É isto que nos diz IPd: Deus, pelo seu poder, guarda-nos à medida que crescemos. Como? Pela fé. "Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue que te revelou isto, mas meu Pai que está nos céus" (Mt 16,17). Se acreditas, é um dom. E a fé é agarrar, pela graça, a mão estendida de Deus. A vida nova começa e existe se houver fé.

No centro da passagem está um complemento "através da ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos". É a graça dispendiosa de Bonhoeffer. O amor, mesmo o amor de Deus, custa. Para fazer de nós novas criaturas, para nos dar novos olhos, novos pensamentos, uma nova capacidade de amar, de ter fé e uma esperança inquebrantável, Deus pagou um preço. O Seu Filho conheceu a morte. O incorruptível tornou-se corruptível para que nós pudéssemos tornar-nos incorruptíveis. Ao fazer o Filho descer até onde nós estávamos, o Pai fez subir com ele todos os seus filhos.



Prioridades Pastorais

Vivemos o caminho sinodal da Igreja diocesana em pleno ano jubilar como *peregrinos de esperança* com o objetivo de nos deixarmos conduzir pelo Espírito Santo que, pelo acolhimento, escuta e discernimento comunitário, suscita critérios de ação missionária sempre novos e cada vez mais adequados aos novos cenários. Continuamos empenhados, em comunhão com toda a Igreja, na implementação do processo sinodal na diocese.

O itinerário que nos propusemos seguir durante três anos guiados pelo lema “caminhar juntos, renovar a esperança” tem, neste ano pastoral de 2025-2026, o seu ápice no compromisso identitário dos cristãos: **partilhar uma esperança viva**. Trata-se da responsabilidade pessoal e comunitária dos membros do povo santo de Deus que desejam ser fiéis a Jesus Cristo. Vive-se no interior das comunidades e na saída ao encontro de todos para que “tenham vida em abundância”.

Serão inúmeras as declinações possíveis desta nobre tarefa. Sugerimos **três pontos de atenção muito concretos**: a prática sinodal nas comunidades, o envolvimento das várias gerações e a implementação de boas práticas no cuidar das situações de fragilidade.



1. Fomentar a sinodalidade nas comunidades cristãs

O caminho sinodal não foi nem pretende ser um evento a ser organizado, mas um passo decisivo para a conversão estrutural e permanente de toda a Igreja à sinodalidade; só assim a Igreja poderá cumprir adequadamente a sua missão evangelizadora. «Evangelizar, de facto, é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda. Ela existe para evangelizar» (EN 14).

Os **secretariados diocesanos** são organismos que desempenham funções de apoio, coordenação e dinamização nas diversas áreas pastorais. Auxiliando o bispo na sua missão de pastor, como órgãos executivos, dão corpo aos projetos e atividades da diocese, buscando servir as comunidades e promover a evangelização. Num verdadeiro exercício de comunhão e sinodalidade entre as várias vocações eclesiais, reúnem competências específicas para revitalizar áreas tão importantes como a liturgia, a catequese e a caridade; expressam-se na atenção às famílias, crianças, jovens e idosos, migrantes, doentes e seus cuidadores, pessoas portadoras de deficiência, reclusos, entre outros; na sua ação, procuram conjugar os verbos testemunhar, acolher, envolver, integrar, formar e acompanhar. Na prática, o seu trabalho só pode ser eficaz numa **articulação adequada com as comunidades locais, mediada pelos arciprestados**, nos quais



assume um papel de relevo o delegado de cada área pastoral com a sua equipa arciprestal.

Os **arciprestados**, estruturas intermédias entre a diocese e as paróquias, são o primeiro instrumento para trabalhar em rede na assistência pastoral conjunta das várias paróquias que os integram. Pelas exigências do sacramento da Ordem e da missão comum, os sacerdotes de um arciprestado formam uma verdadeira equipa sacerdotal (PO 8) que, apesar da diversidade, testemunham, entre eles, a fraternidade e o apoio mútuo, humano e pastoral. Na fidelidade às orientações episcopais, cultivam uma visão mais alargada, uma unidade no desempenho do ministério, um lugar de formação e discernimento eclesial, um esforço comum que conduza a uma pastoral mais profunda e assertiva. Assim, sob a ação do Espírito Santo, pela escuta ativa e permanente do povo de Deus, **unificam critérios**, **definem prioridades** e **buscam respostas** de conjunto para as situações e problemas mais significativos que afetam as comunidades paroquiais.

No caminho sinodal que solicita verdadeira “conversão pastoral” de todos, especialmente dos agentes (padres e leigos), assume particular importância o **trabalho interparoquial**. Acabou o tempo da paróquia autossuficiente, é necessário um profundo repensar da paróquia; é grande o perigo da autorreferencialidade, do particularismo, do



fechamento sobre si mesma. É necessário introduzir «uma lógica integrativa», ou seja, uma maneira de pensar e proceder capaz de integrar as diversidades. Se a paróquia autossuficiente não é mais aceitável, é preciso entrar em rede com outras paróquias. Cada pároco é chamado a liderar esse processo como colaborador do bispo, de mãos dadas com outros presbíteros da diocese, promovendo a função própria de cada um dos fiéis, segundo a sua vocação, para que todos juntos se sintam membros da diocese e da Igreja universal. O grande desafio é descobrir juntos um estilo próprio de fazer **pastoral entre paróquias** mediante a reflexão partilhada e o intercâmbio de experiências (EG 27).

Propostas:

- a) *Articular secretariados diocesanos e comunidades locais;*
- b) *Valorizar a comunhão e a entreaajuda nos arciprestados;*
- c) *Incentivar uma pastoral interparoquial.*

2. Acolher e proporcionar uma maior participação das várias gerações

Um olhar realista sobre a realidade da família hoje regista a emergência ou a consolidação de uma nova concepção, de um novo imaginário, de uma nova morfologia



familiar que desafia não só a sua compreensão cristã, mas também os seus próprios fundamentos antropológicos.

A Igreja, animada pelo Espírito Santo, lendo e discernindo os sinais dos tempos, não se deixa levar pelo pessimismo ou pela resignação. Pelo contrário, está convencida de que se a família for bem formada (AL 207), acompanhada e protegida, ela pode ser ainda hoje um **ambiente único**, para os esposos e seus filhos, de comunhão, de maturação, de socialização, de educação, de estímulo, "de apoio, acompanhamento e orientação" (AL 2); "sujeito protagonista de uma ecologia integral, porque é o sujeito social primário" (AL 277); salvaguarda "do desenvolvimento ético das cidades e aldeias" (AL 52); agente educativo-cultural primário (AL 84); e original amortecedor socioeconómico perante as realidades esmagadoras, o desinteresse e a falta de atenção das instituições (AL 43). Além disso, a família católica, sustentada pela graça que vem de Cristo, através da Igreja, é capaz de estar ao serviço não só da comunhão, da vida e da sociedade, mas também da missão de toda a Igreja. Como Igreja doméstica, a família é um ambiente precioso para a educação da fé dos filhos para o exercício da oração e da leitura orante da Palavra de Deus, para a celebração das devoções e dos ritos domésticos.

Nesse quadro, a família emerge com força não só como objeto prioritário da pastoral da Igreja, mas sobretudo como



seu sujeito ativo.

A **renovação da catequese** das crianças e dos adolescentes, em curso no nosso país, pretende reforçar a participação das crianças e das famílias:

1) Valoriza a **inserção das crianças na comunidade** desde tenra idade com o despertar da fé e um processo catecumenal adaptado a cada pessoa, no qual as crianças e adolescentes são sujeitos ativos.

2) Promove a **participação das famílias** com várias iniciativas, em particular um percurso de fé destinado aos pais, lado a lado, com os seus filhos; visa envolver os demais membros da família (irmãos, avós, tios e primos...), ajudando-os a todos a progredir no conhecimento de Deus e a serem artífices da vida comunitária. Destaca-se, o papel dos avós que, ajudando não raras vezes os pais noutras tarefas educativas, se tornam também para os seus netos testemunhas privilegiadas da fé e de como esta pode dar forma à vida humana.

3) Não esquece os pais que, por algum motivo, se veem feridos pelas respetivas vivências conjugais e oferece-lhes compreensão e integração.

E os jovens aparecem como sujeitos privilegiados de uma ação formativa e de acompanhamento em chave vocacional tão exigente quanto necessária e incontornável. Esse desafio interpela a Igreja a criar ambientes familiares nos



quais os jovens se sintam acolhidos, escutados, acompanhados e incentivados a imaginar novas formas de participação na comunidade e na vida da Igreja. **Uma ocasião oportuna é a preparação e a celebração do Sacramento da Confirmação.**

Um outro desafio que se coloca às comunidades é o de promover a intergeracionalidade através de encontros, celebrações e atividades solidárias. Torna-se imperativo valorizar os anciãos, dando-lhes voz, apoiando os que estão sós ou enfermos. As visitas aos doentes e a preparação do Sacramento da Santa Unção (de modo pessoal ou comunitário) podem constituir excelentes ocasiões para envolver crianças, jovens e adultos.

Propostas:

- a) *Envolver as famílias e as crianças nas comunidade cristãs;*
- b) *Acompanhar os jovens e renovar as propostas de formação;*
- c) *Cuidar e apoiar os mais idosos.*

3. Cultivar a caridade como expressão da esperança

○ serviço da caridade teve o seu início e fundamento na prática da comunidade apostólica (Cf. At 6, 1-6) e manifestou-se de várias formas na tradição cristã, ao longo dos séculos.



O Papa Francisco definiu a Igreja como “hospital de campanha” e deixou um sinal significativo ao instituir o Dia Mundial dos Pobres acompanhado do apelo concreto não só a garantir-lhes ajuda material e espiritual, mas sobretudo a recebê-los como irmãos e irmãs, inserindo-os numa comunhão de vida e de afeto, a escutá-los e “recolher a misteriosa sabedoria que Deus quer comunicar-nos através deles” (EG 198). Alertou com veemência: “qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretender subsistir tranquila sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e haja a inclusão de todos, correrá também o risco da sua dissolução, mesmo que fale de temas sociais ou critique os Governos. Facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios” (EG 208).

Na Bula de convocação do Jubileu de 2025 pode ler-se: “precisamos de transbordar de esperança” (cf. Rm 15,13) para testemunhar de modo credível e atraente a fé e o amor que trazemos no coração; para que a fé seja jubilosa, a caridade entusiasta; para que cada um seja capaz de oferecer ao menos um sorriso, um gesto de amizade, um olhar fraterno, uma escuta sincera, um serviço gratuito, sabendo que, no Espírito de Jesus, isso pode tornar-se uma semente fecunda de esperança para quem o recebe” (SNC 18).



Leão XIV na *Mensagem para o Dia Mundial dos Pobres* de 2025 afirma: "Todas as formas de pobreza, sem excluir nenhuma, são um apelo a viver concretamente o Evangelho e a oferecer sinais eficazes de esperança".

Na diocese, para além do testemunho pessoal dos cristãos, esta ação pastoral expressa-se em múltiplas instituições eclesiais ou de inspiração cristã (Caritas, Centros Sociais Paroquiais, Santas Casas da Misericórdia, Fundações, Associações, etc...) e nas ações desenvolvidas por alguns grupos e movimentos (Conferências Vicentinas, Legião de Maria, Serviços paroquiais dedicados à caridade...).

Propostas:

- a) *Promover a identidade cristã das instituições que se dedicam à área socio-caritativa*
- b) *Formar os agentes deste setor pastoral;*
- c) *Procurar respostas locais para as necessidades mais prementes.*



PISTAS PARA A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO: 2025-2028

Introdução

Somos “uma Igreja missionária, uma Igreja que constrói pontes, que constrói o diálogo, sempre aberta para acolher a todos” (Leão XIV). A forma sinodal da Igreja está ao serviço da sua missão, e qualquer mudança na vida da Igreja visa torná-la mais capaz de anunciar o Reino de Deus e de testemunhar o Evangelho do Senhor aos homens e mulheres do nosso tempo. Esta é a chave para interpretar fielmente o Documento Final e, sobretudo, para o pôr em prática.

As presentes Pistas (...) têm uma dupla finalidade: oferecer às Igrejas locais de todo o mundo um quadro de referência comum que facilite o caminhar juntos; promover o diálogo que conduzirá toda a Igreja à Assembleia eclesial de outubro de 2028 seguindo o calendário seguinte:

- **de junho de 2025 - a dezembro de 2026:** percursos de implementação nas Igrejas locais e nos seus agrupamentos;
- **primeiro semestre de 2027:** Assembleias de avaliação nas Dioceses;
- **segundo semestre de 2027:** Assembleias de avaliação nas Conferências episcopais nacionais e



internacionais;

- **primeiro quadrimestre de 2028:** Assembleias continentais de avaliação;
- **outubro de 2028:** Assembleia Eclesial no Vaticano.

1. O que é a fase de implementação e quais são os seus objetivos?

Já em 218, Francisco apontava para três fases: consulta, celebração e discernimento e um “ponto de chegada”, ou seja, a fase de implementação (Cf. EC). Esta fase foi aberta pelo Papa Francisco quando entregou o DF a toda a Igreja, como Magistério ordinário, tornando-o como ponto de referência e pressupondo várias mediações na sua aplicação: as Igrejas locais e agrupamentos são chamados a implementar, nos diversos contextos, as indicações, através de processos de discernimento e de decisão já previstos.

Tem como objetivo experimentar práticas e estruturas renovadas, que tornem a vida da Igreja cada vez mais sinodal, com vista a um desempenho mais eficaz da missão evangelizadora. Este trabalho inclui o necessário aprofundamento teológico e canónico e, sobretudo, um compromisso para discernir o que é mais apropriado e potencialmente mais fecundo nos diferentes contextos locais. Concretamente, a prioridade é a de oferecer ao Povo de Deus novas oportunidades para caminhar juntos e refletir sobre



estas experiências, a fim de colher os frutos em relação a missão e compartilhá-los.

Isso não significa que a fase de implementação consista em algum tipo de exercício ou numa tarefa adicional: faz parte da vida ordinária das Igrejas e **inspira as suas práticas cotidianas**, dentro da sua própria pastoral ordinária, melhorando o modo como realiza a própria missão através do discernimento eclesial que o Espírito Santo nos exige hoje. Identificando “percursos formativos para realizar uma conversão sinodal palpável nas várias realidades eclesiais” (DF, 9), a fase de implementação visa ter um impacto perceptível na vida da Igreja e no funcionamento das suas estruturas e instituições.

É uma oportunidade para manter vivo aquele **intercâmbio de dons** que faz crescer a comunhão das Igrejas locais dentro da única Igreja, manifestando a sua catolicidade respeitando as legítimas diversidades, devendo surgir um novo processo de diálogo em cada Igreja e entre as Igrejas.

Não se trata de propor uma pura repetição do que já foi vivido: os passos e os objetivos são muito diferentes. O **ponto de referência é o DF**, que exprime o consenso alcançado no final do discernimento dos Pastores de todas as Igrejas e que, como parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro, compromete todo o Povo de Deus, indicando a direção a seguir. Na verdade, a experiência de várias Igrejas nesses



últimos meses mostra como é fecundo reconectar-se com o caminho percorrido nas fases anteriores e com o que foi aprendido através dele, com o objetivo de devolver à Igreja local os frutos do processo que envolveu as outras Igrejas e a Igreja inteira. Crescer como Igreja sinodal exige **um saber que se aprende só através da experiência** e nos abre uma via para o encontro com o Senhor.

2. Quem participa na fase de implementação? Com que tarefas e responsabilidades?

É um processo eclesial em sentido pleno, que envolve todas as Igrejas como sujeito da receção do DF e, portanto, **todo o Povo de Deus**, mulheres e homens, na variedade de carismas, vocações e ministérios com que se enriquece e nas diferentes articulações em que a sua vida se realiza concretamente (pequenas comunidades cristãs, paróquias, associações e movimentos, comunidades de consagrados e consagradas, etc.).

Sendo a sinodalidade uma “dimensão constitutiva da Igreja” (DF, 28), não pode ser um caminho limitado a um núcleo de “torcedores”, mas que este novo processo contribua concretamente para “alargar as possibilidades de participação e de exercício da corresponsabilidade diferenciada de todos os Batizados, homens e mulheres” (DF, 36), num espírito de reciprocidade; além disso, é fundamental



que vise envolver aqueles que até agora permaneceram à margem do caminho de renovação eclesial constituído pelo Sínodo (pessoas e grupos de diferentes identidades culturais e condições sociais, especialmente os pobres e os excluídos) e aqueles que manifestaram perplexidade e resistência ao processo sinodal.

Por isso, todas as Igrejas são convidadas a continuar a procurar instrumentos de escuta adequados aos mais variados contextos em que a comunidade cristã vive e atua, não se limitando apenas ao espaço paroquial, mas envolvendo também escolas e universidades, centros de escuta e acolhimento, hospitais e prisões, o ambiente digital, etc. Ao mesmo tempo, a fase de implementação representa uma ocasião propícia para reforçar as relações entre os diferentes componentes da comunidade cristã.

2.1. A responsabilidade do Bispo diocesano.

○ primeiro responsável pela fase de implementação em cada Igreja local é o bispo diocesano: cabe-lhe abri-la, indicar oficialmente os tempos, métodos e objetivos, acompanhar o seu desenvolvimento e concluí-la, validando os seus resultados. Será uma ocasião oportuna para praticar um exercício da autoridade em estilo sinodal. Realiza-se, de modo particular, pela **cooperação de presbíteros e diáconos**, os **organismos de participação e as equipas sinodais**:

- a) Aos Presbíteros e Diáconos compete, de facto, colaborar com o Bispo “no discernimento dos carismas e no acompanhamento e orientação da Igreja local, com uma atenção particular ao serviço da unidade” (DF, 72). Como recorda o DF, “a experiência do Sínodo pode ajudar Bispos, Presbíteros e Diáconos a redescobrir a corresponsabilidade no exercício do ministério” (DF, 74) e a dimensão sinodal do seu ministério. Além disso, desta forma, será também possível promover um maior envolvimento dos sacerdotes;
- b) Os organismos de participação a nível diocesano (Conselho presbiteral, Conselho pastoral e Conselho para assuntos económicos), que, nas modalidades próprias de cada um, estão envolvidos nos processos de discernimento eclesial e na elaboração das decisões que a implementação do Sínodo inevitavelmente implica. Como recorda o DF, “é oportuno intervir no funcionamento destes organismos, começando pela adoção de uma metodologia de trabalho sinodal” (DF, 105);
- c) a equipa sinodal diocesana, que é responsável, em particular, pela animação do processo.

2.2. A tarefas das equipas sinodais e dos organismos de participação

Nomeadas e acompanhadas pelo Bispo, são instrumentos fundamentais para a animação ordinária da vida sinodal das Igrejas locais. O seu contributo será também fundamental na fase de implementação: por esta razão, as equipas existentes terão de ser reforçadas e possivelmente renovadas.

- a) Os critérios para a sua composição: Leigos e Leigos, Presbíteros e Diáconos, Consagradas e Consagrados de diferentes idades e portadores de diferentes culturas e modelos de formação, representando os diferentes ministérios e carismas da Igreja. Seria bom que alguns dos responsáveis diocesanos fizessem parte dela; prever que as equipas sinodais incluíssem também pessoas empenhadas no testemunho e no serviço apostólico na vida ordinária e nas dinâmicas sociais; avaliar a oportunidade de convidar, como observadores, também alguns representantes de outras Igrejas e comunidades cristãs ou de outras religiões.
- b) Quanto às exigências de cada membro, **o conhecimento do DF é certamente fundamental**, juntamente com a experiência direta das dinâmicas sinodais. Têm surgido escolas ou iniciativas de formação em sinodalidade a nível nacional e internacional, as quais também se



podem recorrer para tornar mais sólida a preparação dos membros das equipas sinodais.

- c) As equipas sinodais com uma composição adequadamente variada poderão tornar-se mais facilmente laboratórios de sinodalidade, experimentando dentro de si mesmas as dinâmicas que são chamadas a promover no Povo de Deus.
- d) O seu papel na fase de implementação é, antes de mais, promover e facilitar o crescimento do dinamismo sinodal dentro dos contextos concretos em que cada Igreja local vive; identificar as ferramentas e metodologias adequadas, incluindo propostas de formação; e levar a cabo as iniciativas adequadas para que sejam dados os passos necessários.
- e) Sempre que possível, é também desejável a sua presença a nível arciprestal ou paroquial. Essas equipas, devidamente interligadas, podem contribuir para tornar o processo sinodal mais amplo e participativo.
- f) Além disso, faz parte da tarefa da animação promover a disponibilidade e a formação dos facilitadores e coordenar o seu trabalho.
- g) O âmbito de competência das equipas sinodais não se sobrepõe, mas articula-se com a dos organismos de participação, em chave de busca de sinergias. As



equipas sinodais são constituídas para o serviço de animação e formação sinodal da Diocese. Os organismos de participação são chamados a desempenhar a tarefa propositiva e consultiva que lhes é atribuída pelo direito canónico.

- h) Terão a tarefa de ajudar a recolher os frutos do processo de implementação, tendo também em vista a fase de avaliação e as várias Assembleias previstas a partir de 2027.

3. Como utilizar o DF na fase de implementação?

O DF é o ponto de referência da fase de implementação. Consequentemente, é essencial promover o seu conhecimento, especialmente por parte dos membros das equipas sinodais e daqueles que, a diferentes níveis, são chamados a animar o processo de implementação. Sendo o DF um texto rico e orgânico, será oportuno prever (a nível local, nacional ou regional) momentos e/ou instrumentos de formação, acompanhamento e orientação à leitura, que permitam apreender a inspiração que o anima e não apenas ter uma ideia das questões tratadas.

Em primeiro lugar, a leitura do DF deve ser apoiada e alimentada pela oração, tanto comunitária quanto pessoal, centrada em Cristo, mestre da escuta e do diálogo (cf. DF, 51) e aberta à ação do Espírito: uma análise abstrata do texto



não será suficiente.

De facto, o DF propõe à inteira Igreja e a cada batizado a perspectiva de um **caminho de conversão**: “o chamamento à missão é, ao mesmo tempo, chamamento à conversão de cada Igreja local e da Igreja inteira” (DF, 11). Como qualquer caminho de conversão, implica um caminho de aprofundamento e purificação interior, que será seguido no plano pessoal por uma mudança nas escolhas, nos comportamentos e nos estilos de vida. No plano comunitário, a renovação das categorias de pensamento e cultura em sentido sinodal será o terreno onde poderão germinar novas práticas e estruturas renovadas.

O DF é um texto orgânico, animado pelo seu próprio dinamismo interno, como consequência do longo processo de escuta, confrontação e discernimento do qual é o fruto. Não pode, portanto, ser considerado como uma coletânea de indicações sobre temas díspares que podem ser levadas em consideração separando-as do contexto em que foram formuladas. Isso impediria de colher o seu significado e, portanto, de orientar corretamente a sua implementação. A sua própria estrutura evidencia isso.

A Parte I, de facto, exprime a compreensão comum da sinodalidade, fruto do caminho percorrido, e esboça os seus fundamentos teológicos e espirituais, radicados no Concílio Vaticano II. No outro extremo, a Parte V retoma a perspectiva



global e recorda que crescer como Igreja sinodal missionária requer cuidar da formação de todos os membros do Povo de Deus; a Conclusão, em seguida, recorda uma perspectiva escatológica que orienta a missão comum, na qual todos os membros do Povo de Deus são chamados a colaborar.

Dentro deste quadro de significado, as Partes II, III e IV focalizam alguns aspetos concretos da vida da Igreja, formulando propostas para a sua renovação. Em particular: a Parte II “é dedicada à conversão das relações que constroem a comunidade cristã e configuram a missão no entrelaçamento de vocações, carismas e ministérios” (DF, II); a Parte III identifica três práticas cruciais para iniciar processos de “transformação missionária” (discernimento eclesial, processos de decisão, cultura da transparência, prestação de contas e avaliação) e sublinha a urgência de uma renovação dos organismos de participação; a Parte IV “descreve como é possível cultivar em novas formas o intercâmbio de dons e o entrelaçamento dos laços que nos unem na Igreja, num tempo em que a experiência de estar enraizado num lugar está a mudar profundamente” (ibid.), refletindo sobre o papel das Conferências episcopais e das Assembleias eclesiais e sobre o serviço do Bispo de Roma.



3.1. Preservar a visão de conjunto

Apontam-se aqui algumas linhas de força que atravessam o DF, que lhe conferem um carácter orgânico e constituem critérios de orientação e avaliação das decisões a tomar. Os passos concretos que forem tomados para pôr em prática as orientações do DF devem estar radicados nesta perspetiva:

- a) em primeiro lugar, o DF propõe uma perspetiva eclesiológica precisa à qual se deve fazer referência, radicada no Concílio Vaticano II: “o caminho sinodal está a pôr em prática aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Mistério e Povo de Deus, chamamento à santidade através de uma conversão contínua que vem da escuta do Evangelho” (DF, 5), na certeza de que cada um dos seus membros, homem ou mulher, recebeu o dom do Espírito Santo;
- b) a **missão do anúncio do Reino de Deus**, inaugurada por Jesus e à qual estão chamados todos os batizados, cada um com a especificidade dos seus próprios carismas, vocação e ministério, constitui o eixo central do texto e o seu objetivo final. As reflexões sobre os instrumentos a adotar ou as reformas a implementar devem ser sempre colocadas no horizonte da missão, que é o critério fundamental de todo o discernimento a esse respeito. Em particular, o DF insiste decisivamente



numa Igreja cada vez mais corajosa no sair de si mesma, tanto que pede que as comunidades sejam concebidas “principalmente ao serviço da missão que os Fiéis realizam na sociedade, na vida familiar e profissional, sem se concentrarem exclusivamente nas atividades que se desenvolvem no seu interior e nas suas necessidades organizativas” (DF, 59);

- c) a perspectiva relacional e a lógica do intercâmbio de dons, como expressão da catolicidade, tem duas outras linhas de força que percorrem todo o DF e, portanto, orientam sua compreensão e implementação. Isto vê-se claramente na apresentação das figuras dos ministros ordenados, numa relação orgânica uns com os outros e com todo o Povo de Deus (cf. DF, 69-74), ou na descrição dos laços entre as Igrejas locais através da comunhão entre os Bispos;
- d) o ímpeto ecuménico representa a extensão da perspectiva relacional e da lógica do intercâmbio de dons. Por isso, não é um simples acrescento opcional, mas sim uma exigência, em relação à qual verificar o dinamismo do próprio caminhar juntos;
- e) finalmente, o DF faz sua a visão conciliar de uma Igreja no mundo, em diálogo com todos, com outras tradições religiosas (cf. DF, 41) e com toda a sociedade (cf. DF, 42). Crescer como Igreja sinodal capaz de



diálogo tem um valor de profecia social que inclui um compromisso com a justiça social e a ecologia integral. Estas dimensões não podem ser negligenciadas na fase de implementação, porque conduzem à criação de oportunidades de diálogo a partir das necessidades concretas dos territórios e das sociedades em que se vive.

Para além das linhas de força acima referidas, o dinamismo que anima o DF, e que a fase de implementação é chamada a assumir, deriva da articulação contínua de algumas polaridades e tensões que estruturam a vida da Igreja e o modo como as categorias eclesiológicas a expressam. Listamos aqui algumas dessas polaridades: Igreja inteira e a Igreja local; Igreja como Povo de Deus, como Corpo de Cristo e como Templo do Espírito; participação de todos e autoridade de alguns; sinodalidade, colegialidade e primado; sacerdócio comum e sacerdócio ministerial; ministerialidade (ministérios ordenados e instituídos) e participação na missão em virtude da vocação batismal sem forma ministerial.

A implementação do DF exige enfrentar e discernir essas tensões à medida que surgem nas circunstâncias em que cada Igreja local vive. O caminho não é procurar uma configuração impossível que elimine a tensão em benefício de um dos polos. Pelo contrário, no aqui e agora de cada Igreja local, será necessário discernir qual dos equilíbrios possíveis permite um serviço mais dinâmico da missão. É provável que



decisões diferentes sejam tomadas em lugares diferentes. Por isso, em muitas áreas, o DF abre alguns espaços para a experimentação local, por exemplo, em matéria dos ministérios (cf. DF, 66; 76; 78), processos de decisão (cf. DF, 94), prestação de contas e avaliação (cf. DF, 101), organismos de participação (cf. DF, 104). Cada uma das Igrejas é convidada a fazer uso dela.

Nas atuais circunstâncias socioculturais, uma destas tensões parece apresentar-se com modalidades particularmente novas e exige um esforço de consciencialização. Por isso, o DF dedica-lhe um parágrafo inteiro, significativamente intitulado “Enraizados e peregrinos” (cf. DF, 110-119). Tradicionalmente, é a ligação com um lugar, entendido num sentido espacial e geográfico, que define as Igrejas locais como porções do Povo de Deus e constitui a base do sentimento de pertença das pessoas. Fenómenos como a urbanização, o aumento da mobilidade e da migração e a difusão da cultura digital **modificam profundamente a forma como as pessoas experimentam a pertença:** esta se refere a redes de relações, mais do que a áreas espaciais, mesmo que a necessidade humana de laços comunitários permaneça firme. De facto, o seu enfraquecimento torna ainda mais urgente um esforço de criatividade missionária, que permita à Igreja chegar às pessoas e criar laços com elas onde elas se encontram (cf. Ibid.).



Na fase de avaliação, será importante colher os frutos das experiências feitas pelas Igrejas locais ao habitar polaridades e tensões, e os resultados dos esforços de criatividade missionária, com vista ao intercâmbio de boas práticas.

3.2. Investir em práticas concretas

Escutando o Espírito Santo, permanecendo dentro da visão eclesiológica que o DF recebe do Concílio Vaticano II, o objetivo da fase de implementação é discernir os passos de conversão da cultura, das relações e das práticas eclesiais e, consequentemente, de reforma das estruturas e instituições. Este é um ponto crucial de todo o processo: “Sem mudanças concretas a curto prazo, a visão de uma Igreja sinodal não será credível e isso afastará os membros do Povo de Deus que retiraram força e esperança do caminho sinodal” (DF, 94).

O DF enfatiza que “cabe às Igrejas locais encontrar modalidades apropriadas para implementar estas mudanças” (ibid.), aliás, esta é a tarefa a ser afrontada durante a fase de implementação. Ao mesmo tempo - e aqui estamos a referir-nos à polaridade da inteira Igreja e da Igreja local mencionada acima - também está viva a necessidade de avançar juntos como Igreja toda. De facto, esta é a principal razão para lançar o processo de acompanhamento e avaliação.

Nesta linha, e sem prejuízo da responsabilidade de cada

Igreja local no que diz respeito à implementação das indicações do DF no seu próprio contexto, desde agora, com base no processo do Sínodo 2021-2024, é possível prever que as Igrejas locais serão chamadas a partilhar os passos dados em alguns âmbitos específicos, de acordo com as modalidades e formas que se mostrem mais adequados. Entre esses âmbitos, **destacamos**:

- a)** a promoção da espiritualidade sinodal (cf. DF, 43-46);
- b)** o acesso efetivo a funções de responsabilidade e a papéis de direção que não exijam o sacramento da Ordem, por parte de mulheres e homens não ordenados, sejam Leigas ou Leigos, sejam Consagradas ou Consagrados (cf. DF, 60);
- c)** a experimentação de formas de serviço e de ministério que respondam às necessidades pastorais em diferentes contextos (cf. DF, 75-77);
- d)** a prática do discernimento eclesial (cf. DF, 81-86);
- e)** a ativação de processos de decisão em estilo sinodal (cf. DF, 93-94);
- f)** a experimentação de formas apropriadas de transparência, prestação de contas e avaliação (cf. DF, 95-102);
- g)** a obrigatoriedade da existência nas Dioceses e nas Paróquias de organismos de participação previstos pelo direito, e a renovação das suas modalidades de funcionamento em chave sinodal (cf. DF, 103-106);



- h)** a realização regular de assembleias eclesiais locais e regionais (cf. DF, 107);
- i)** a valorização do Sínodo diocesano (cf. DF, 108);
- j)** a renovação em chave sinodal e missionária das Paróquias (cf. DF, 117);
- k)** a verificação do carácter sinodal dos percursos de Iniciação Cristã (cf. DF, 142) e, em geral, de todos os percursos formativos e das instituições a eles dedicadas (cf. DF, 143-151).

Esta não é certamente uma lista exaustiva e será posteriormente precisada ao longo do caminho, a partir do feedback das Igrejas locais.

4. Com que método e com que instrumentos avançar na fase de implementação?

A experiência de todo o processo sinodal mostrou como é crucial dispor de um método adequado às questões a abordar. De facto, para a construção de uma Igreja sinodal, o conteúdo e o método coincidem muitas vezes: **encontrar-se e dialogar** como irmãos e irmãs em Cristo sobre como viver melhor a dimensão sinodal da Igreja é uma experiência da Igreja sinodal que se abre a uma melhor compreensão do tema. Portanto, o método sinodal não se reduz a uma série de técnicas de gestão dos encontros, mas é uma experiência

espiritual e eclesial que implica crescer num novo modo de ser Igreja, enraizado na fé que o Espírito concede os seus dons a todos os batizados, a partir do *sensus fidei* (cf. DF, 81). Uma vez que não é uma técnica, a metodologia não garante alcançar o resultado desejado, porque isso depende da abertura à escuta por parte daqueles que participam no caminho e da sua disponibilidade de se deixarem transformar pelo Espírito de Cristo em comunhão com os irmãos e as irmãs. Esta é outra dimensão da conversão sinodal para a qual o DF convida toda a Igreja.

4.1. O discernimento eclesial

Os números 81-86 do DF traçam de forma concisa, porém incisiva, o perfil do discernimento eclesial, isto é, do método próprio de uma Igreja sinodal. Será necessário referi-los, conscientes de que “na Igreja existe uma grande variedade de abordagens ao discernimento e de metodologias consolidadas” (DF, 86). A este respeito, é oportuno recordar que a conversação no Espírito – indubitavelmente uma das características distintivas e um dos elementos de sucesso do processo sinodal – merece ser valorizada.

Todavia ela não representa o único método sinodal, nem pode ser confundida com o discernimento eclesial, ao serviço da qual se coloca como instrumento e preparação. Como recorda o DF no número 85, o discernimento eclesial exige o



contributo de competências de vários tipos para uma leitura mais profunda do contexto e uma identificação mais clara do que está em jogo. Não é fácil para estas contribuições encontrar uma colocação adequada na dinâmica da conversação no Espírito, que é antes de mais um instrumento de encontro, de crescimento nas relações e de passagem do “eu” para o “nós”.

Finalmente, uma vez que na fase de implementação será necessário chegar a deliberações concretas com vista à renovação das práticas e das estruturas, os processos de decisão a este respeito deverão ser plenamente eclesiais, reconhecendo a função peculiar da autoridade, em particular dos Bispos diocesanos, que são os primeiros responsáveis pela comunhão nas Igrejas que lhes foram confiadas e entre as Igrejas.

Concretamente, entre as premissas para a realização de um bom processo de discernimento, é fundamental uma definição clara dos objetivos, garantindo que sejam realistas e proporcionais em relação ao tempo disponível, aos espaços utilizáveis e ao número dos participantes envolvidos. Além disso, as disposições iniciais não podem ser ignoradas: é fundamental que cada participante chegue adequadamente preparado e que o contexto favoreça um clima de oração e disponibilidade interior para ouvir e dialogar. Nesta perspetiva, vale a pena recordar o quanto a experiência



evidencia a importância e a fecundidade de que os processos sinodais possam contar com formas adequadas de facilitação, envolvendo pessoas preparadas que guardam e adaptam adequadamente o método, evitando curtos-circuitos e permitindo que os participantes se concentrem de forma mais decisiva nas questões sujeitas a discernimento.

4.2. Traçar e acompanhar os processos em estilo sinodal.

Estas indicações metodológicas poderão ser declinadas em uma variedade de ocasiões e processos, caracterizados por objetivos diferentes, mas unidos pelo fato de serem realizadas em estilo sinodal. Para os alcançar evitando o risco de improvisação e dispersão, é aconselhável investir na projeção e no acompanhamento destes processos. Aqui indicamos alguns deles, sem qualquer pretensão de exaustividade:

- a) **processos de discernimento eclesial** tanto para identificar as prioridades da missão como para identificar formas e procedimentos de governação adequados a uma Igreja sinodal. Cada uma das duas vertentes tem necessidades específicas que terão de ser tidas em conta na conceção do percurso. A projeção e o acompanhamento destes processos exigirá a disponibilidade de pessoas experientes, capazes de ajudar a implementar as indicações acima formuladas;
- b) **processos de formação** para a sinodalidade de acordo com os estímulos da Parte V do DF, também no que diz



respeito à variedade de necessidades de formação a serem atendidas e, conseqüentemente, fazendo um esforço para esclarecer os objetivos específicos de cada percurso. Muitas vezes, a metodologia de formação mais eficaz é partilhar e refletir num clima de oração sobre as experiências da Igreja sinodal feitas, permitindo que as suas forças e fraquezas surjam. Por esta razão, a reflexão sobre os processos de discernimento eclesial, sobre os processos de decisão em estilo sinodal ou sobre o funcionamento dos organismos de participação, pode ter um valor formativo mais forte do que um curso organizado segundo modelos tradicionais. Também neste caso será crucial dispor de acompanhadores e facilitadores experientes. Por conseguinte, será também necessário cuidar da formação destas figuras;

- c) processos e experiências de escuta e diálogo nas comunidades, a nível local e a nível regional. A experiência demonstrou que as ferramentas digitais também se podem revelar um recurso importante para este efeito. Na lógica já referida, é importante realizar estas experiências num clima de oração e prever um tempo para a reflexão partilhada que permita colher os seus frutos;
- d) momentos de celebração, encontro e intercâmbio de experiências entre comunidades dentro de uma Diocese ou entre Dioceses da mesma região. Também neste caso, as ferramentas digitais podem ser úteis, mas não devemos



subestimar o potencial de eventos relacionados com a piedade popular, como as peregrinações aos santuários, que muitas vezes reúnem um grande número de pessoas. Como animá-los de tal modo que adquiram um carácter sinodal mais explícito e favoreçam o encontro e o diálogo entre as pessoas?

- e) processos e atividades de comunicação, dirigidas tanto às comunidades cristãs como às sociedades em que vivem, utilizando os instrumentos mais adequados a cada contexto. Será também oportuno explorar as potencialidades dos novos canais de comunicação digital, que constituem hoje para alguns, especialmente para os jovens, verdadeiros ambientes de vida e de construção de vínculos, nos quais fazer ressoar adequadamente o anúncio do Evangelho. A experiência do Sínodo Digital é um recurso a este respeito;
- f) percursos de renovação da ação pastoral num contexto concreto ou sobre um tema relevante para cada Igreja local (por exemplo: a promoção de uma participação mais viva na celebração dominical, os percursos catequéticos, o diálogo ecuménico, a integração dos migrantes, o compromisso com o cuidado da casa comum, etc.), implementando iniciativas que tornem tangível o impacto de uma abordagem sinodal e verificando os seus resultados. Isto pode ajudar a concretizar o horizonte da sinodalidade na vida das comunidades;



g) **percursos de investigação** teológica, pastoral e canónica ao serviço da implementação do Sínodo nas especificidades do contexto local e no diálogo entre as Igrejas. Com este importante serviço, os teólogos e as teólogas “ajudam o Povo de Deus a desenvolver uma compreensão da realidade iluminada pela Revelação e a elaborar respostas idóneas e linguagens apropriadas para a missão” (DF, 67). Daqui resulta também uma particular responsabilidade das instituições teológicas de acompanhar a Igreja a viver cada vez mais plenamente a dimensão sinodal.

O método sinodal permitiu-nos deixarmo-nos surpreender pelo Espírito Santo e colher frutos inesperados na fase de consulta e escuta, bem como durante as sessões da Assembleia sinodal, suscitando o deslumbramento e o entusiasmo de muitos participantes: a comunhão entre os Fiéis, entre os Pastores e entre as Igrejas foi alimentada pela participação nos processos e nos eventos sinodais, renovando o ímpeto e o sentido de corresponsabilidade pela missão comum. Isto autoriza-nos a olhar com confiança para o caminho que nos espera nos próximos anos (...) para intercambiar dons e celebrar aquela esperança que não dececiona, a única capaz de alimentar o compromisso de levar adiante, como Igreja sinodal, a missão confiada pelo Senhor Jesus aos seus discípulos.







Calendarização

Setembro '25

1-5 – Retiro do Clero, Avesadas

1 – Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação (SDPS)

7 – FESTA NO SANTUÁRIO DE N.ª SR.ª DA GRAÇA, Mondim de Basto, 10h

19 – Reunião Formação (Centros Missionários) e Reunião dos Diretores Diocesanos das OMP, Fátima (SDPM)

20 – Encontro Diocesano Pós-Jubileu (JUV)

20-21 – Jornadas Missionárias, Irmãs Concepcionistas, Fátima (SDPM)

26-28 – Retiro para Catequistas (Terra Quente)

Outubro '25

1 – REUNIÃO DE ARCIPRESTES, 10h

1 – REUNIÃO DE DIRETORES DOS SECRETARIADOS, 15h

3 – Zoom - Abertura do Jubileu do Mundo Missionário (4 e 5 Out)
(SDPM)

4 – Encontro de Professores de EMRC (SDEC)

5 – Peregrinação Arciprestal à Sé, por ocasião do Ano Jubilar, 15h
(Centro I)

11 – Início do Semestre (CCC)

11 – Encontro diocesano das equipas arciprestais da Pastoral Familiar



(SDPF)

- 16 – Recolção do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)
- 16-17 – Encontro Nacional, para todos os equipistas, Fátima (ENS)
- 17 – Formação de Leitores (Centro I, SDL)
- 18 – Encontro Diocesano das equipas arceprestais (JUV)
- 18 – Encontro de Catequistas, Valpaços (Terra Quente)
- 19 – Dia Mundial das Missões
- 19 – Dia do Arciprestado e Assembleia Sinodal Arciprestal, em Vila Pouca de Aguiar, 14h30 (Centro II)
- 19 – Formação de Catequistas (Douro I)
- 24 – Formação de Leitores (Centro I, SDL)
- 26 – Peregrinação Arciprestal à Sé, por ocasião do Ano Jubilar: 10h Confissões e 11h Eucaristia (Douro II)

Novembro '25

- 1 – SOLENIDADE DE TODOS OS SANTOS, Sé, 12h
- 2 – COMEMORAÇÃO DE TODOS OS FIÉIS DEFUNTOS. Com Ofício de Vésperas, Sé, 18h30
- 2-9 – Semana de Oração pelos Seminários
- 7 – Formação para Comissões de Festas (Centro I)
- 9 – Curso de Formação para Catequistas no Douro II, 15-17h (SDEC)
- 9 – ADMISSÃO A ORDENS SACRAS, SÉ DE VILA REAL, 12h
- 14 – Formação de Zeladores e Sacristães (Centro I, SDL)
- 14 – Formação para Comissões de Festas (Centro I)



16 – Dia Mundial dos Pobres

– Lançamento da Operação “10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz”

16 – Curso de Formação para Catequistas no Douro II, 15-17h (SDEC)

19 – CONSELHO PRESBITERAL

20 – Recoleção do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)

21 – Formação para Comissões de Festas (Centro I)

22 – Encontro Diocesano no Dia Mundial da Juventude, Sé de Vila Real (JUV)

22 – CONSELHO DIOCESANO DE PASTORAL

23 – Curso de Formação para Catequistas no Douro II, 15-17h (SDEC)

23 – SOLENIDADE DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, REI DO UNIVERSO, SÉ, 12h

23 – Dia Mundial da Juventude

24 – ANIVERSÁRIO DA DEDICAÇÃO DA IGREJA CATEDRAL, Sé, 18h30

29 – Encontro de Catequistas, Lebução (Terra Quente)

Dezembro ‘25

8 – SOLENIDADE DA IMACULADA CONCEIÇÃO DA VIRGEM SANTA MARIA, Sé, 12h

13 – Dia do Deserto, Retiro (JUV)

13 – Encontro Arciprestal de Jovens (Douro II)

13 – Reunião Zoom com os diretores diocesanos das OMP, 15h (SDPM)



- 19 – Encontro Natalício (JUV)
- 24 – SOLENIDADE DO NATAL DO SENHOR: MISSA DA NOITE, Sé, 24h
- 25 – SOLENIDADE DO NATAL DO SENHOR: MISSA DO DIA, Sé, 12h
- 27 – Encontro Natalício para Catequistas (Terra Quente)
- 27- 28 – Festa da Sagrada Família (SDPF)
- 28 – FESTA DA SAGRADA FAMÍLIA DE JESUS, MARIA E JOSÉ
(ENCERRAMENTO DO ANO SANTO NAS IGREJAS PARTICULARES), Sé, 15h

Janeiro '26

- 1 – SOLENIDADE DE SANTA MARIA, MÃE DE DEUS, Sé, 12h00
- 4 – SOLENIDADE DA EPIFANIA DO SENHOR, Sé, 12h
- 4 – Festa da Infância Missionária (SDPM)
- 8 – Jornadas Pastorais do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)
- 9 – Formação de Acólitos (Centro I, SDL)
- 10 – Formação inicial para Catequistas (Terra Quente)
- 10 – XVI Encontro Arciprestal para Catequistas, Murça (Douro II)
- 11 – Encontro com casais novos e bênção das grávidas (Douro II)
- 16 – Formação de Acólitos (Centro I, SDL)
- 16 – Serão Arciprestal de Formação, Cerva (Baixo Tâmega)
- 17 – Formação inicial para Catequistas (Terra Quente)
- 18 – Formação de leitores (Douro I)
- 23 – Serão Arciprestal de Formação, Cerva (Baixo Tâmega)
- 23 – Formação de Ministros da Comunhão (Centro I, SDL)
- 24 – Assembleia sinodal arciprestal (Centro I)



- 24 – Conclusão do Semestre (CCC)
- 25 – Encontro de formação para as Comissões Fabriqueiras, Salão Paroquial de Pedras Salgadas, 14h30 (Centro II)
- 25 – Domingo da Palavra de Deus
- 26-30 – Retiro do Clero, lugar a definir (V. CLERO)
- 30 – Formação de Ministros da Comunhão (Centro I, SDL)
- 30 – Serão Arciprestal de Formação, Cerva (Baixo Tâmega)
- 31 – Formação inicial para Catequistas (Terra Quente)

Fevereiro '26

- JORNADAS DE ATUALIZAÇÃO TEOLÓGICO-PASTORAL

- 2 – FESTA DA APRESENTAÇÃO DO SENHOR, DIA DO CONSAGRADO, Sé, 18h30
- 6 – Serão Arciprestal de Formação, Cerva (Baixo Tâmega)
- 6 – Formação de Ministros da Comunhão (Centro I, SDL)
- 7 – Encontro de Professores de EMRC (SDEC)
- 10 – MISSA DA VIGÍLIA DA VIRGEM SANTA MARIA DE LURDES, Santuário de N.ª Sr.ª de Lurdes, Vila Real, 18h30
- 11 – Dia Mundial do Doente
- 11 – MISSA DA MEMÓRIA DA VIRGEM SANTA MARIA DE LURDES, com a bênção dos doentes no Santuário de N.ª Sr.ª de Lurdes, Vila Real, 15h
- 13 – Serão Arciprestal de Formação, Cerva (Baixo Tâmega)



- 13 – Formação de Ministros da Comunhão (Centro I, SDL)
- 13 – Encontro de Comissões Fabriqueiras (Douro I)
- 14 – Escola de Animadores da Infância Missionária (ESAIM) – Formação para Catequistas e Animadores da IAM (SDPM)
- 14 – Dia dos namorados (SDPF)
- 18 – QUARTA-FEIRA DE CINZAS, Sé, 18h30
- 21 – Início dos Encontros Arciprestais da Juventude (JUV)
- 21 – Recoleção espiritual para casais (SDPF)
- 22 – Retiro Espiritual para Catequistas, Senhora da Saúde, Sanfins do Douro (Douro II)
- 26 – Recoleção do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)
- 28 – Formação de acólitos (Douro I)

Março '26

- 1-8 – Semana Nacional da Cáritas
- 4 – CONSELHO PRESBITERAL
- 7 – Início do Semestre (CCC)
- 7 – CONSELHO DIOCESANO DE PASTORAL
- 8 – Dia Nacional da Cáritas
- 13 – Diretores Diocesanos / Formação – Centros Missionários Diocesanos das OMP – Casa Senhora das Dores – Fátima (SDPM)
- 13 – 24 horas para o Senhor, Capela Nova (Centro I)
- 14 – Encontro Arciprestal de Jovens (Douro II)
- 19 – SOLENIDADE DE S. JOSÉ, ESPOSO DA VIRGEM SANTA MARIA, Sé,



18h30

19 – Aniversário da Ordenação Episcopal de D. António Augusto de Oliveira Azevedo

19 – Dia do Pai

20 – Encontro de formação, Vilarandelo (Terra Quente)

21 – Dia do Deserto, Retiro (JUV)

29 – DOMINGO DE RAMOS NA PAIXÃO DO SENHOR: BÊNÇÃO DOS RAMOS, Igreja da Misericórdia, 11h30, e EUCARISTIA, Sé, 12h

Abril '26

2 – QUINTA-FEIRA SANTA: MISSA CRISMAL, Sé, 10h,

2 – MISSA VESPERTINA DA CEIA DO SENHOR, Sé, 17h

3 – SEXTA-FEIRA SANTA: CELEBRAÇÃO DA PAIXÃO DO SENHOR, Sé, 15h

4 – SÁBADO SANTO: VIGÍLIA PASCAL NA NOITE SANTA, Sé, 21h30

5 – DOMINGO DE PÁSCOA DA RESSURREIÇÃO DO SENHOR, Sé, 12h

16 – Recolção do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)

17 – Encontro de formação, Carrazedo de Montenegro (Terra Quente)

19-26 – Semana de Oração pelas Vocações Consagradas

20 – ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE, Sé, 18h30

Maió '26

1 – Encontros de Preparação para o Matrimónio, Vila Real, 21h (CPM)

2 – Bênção das Pastas (JUV)



3 – Dia da Mãe

3 – Curso de Preparação para Matrimónio (Douro I)

8 – ANIVERSÁRIO DA ELEIÇÃO DO PAPA LEÃO XIV, Sé, 18h30

8 – Encontros de Preparação para o Matrimónio, Vila Real, 21h (CPM)

10 – Curso de Preparação para Matrimónio (Douro I)

10-17 – Semana da Vida (SDPF)

15 – Encontros de Preparação para o Matrimónio, Vila Real, 21h (CPM)

16 – Oração Mariana Arciprestal (JUV)

17 – Dia Arciprestal do Doente (Terra Quente)

17 – Curso de Preparação para Matrimónio (Douro I)

18 – Encontro Diocesano de Catequese (SDEC)

22-23 – Formação de cantores (Centro I, SDL)

23 – Encontro Arciprestal da juventude (Terra Quente)

23 – Encontros de Preparação para o Matrimónio, Vila Real, 21h (CPM)

23 – VIGÍLIA DE PENTECOSTES, com administração do Sacramento do Crisma: Igreja Matriz do Peso da Régua, 17h

24 – SOLENIDADE DE PENTECOSTES, com administração do Sacramento do

Crisma: Igreja Matriz de Chaves, 10h; Vila Real, N^a. Sra. da Conceição, 15h

24 – Curso de Preparação para Matrimónio (Douro I)

27 – CONSELHO PRESBITERAL

30 – CONSELHO DIOCESANO DE PASTORAL

31 – Peregrinação Arciprestal do Baixo Tâmega a Nossa Senhora da Graça



31 – Encerramento do mês de Maria, Vila Pouca de Aguiar, 21h30
(Centro II)

Junho '26

3 – REUNIÃO DE ARCIPRESTES, 10h

3 – REUNIÃO DE DIRETORES DOS SECRETARIADOS, 15h

4 – SOLENIDADE DO SANTÍSSIMO CORPO E SANGUE DE CRISTO, Sé, 17h
SEGUIDA DE
PROCISSÃO EUCARÍSTICA

7 – DIA DA FAMÍLIA DIOCESANA

10 – Peregrinação a Fátima com acólitos e crianças da catequese (Terra Quente)

12 – SOLENIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, Sé, 18h30

12 – Dia de Oração pela Santificação dos Sacerdotes

12 – Jornadas Pastorais do Clero, Casa do Clero, Vila Real (V. CLERO)

19 – CENTENÁRIO DO I CONGRESSO NACIONAL DE LITURGIA (17 a 19 de junho de 1926 em Vila Real), Sé, 18h30

20 – Conclusão do Semestre (CCC)

26 – Reunião Zoom de diretores diocesanos (final do ano pastoral), 15h
(SDPM)

27 – Encontro Arciprestal de Jovens (Douro II)



Julho '26

5 – ORDENAÇÕES, Sé, 17h

11 – Encontro de Professores de EMRC (SDEC)

18 – MEMÓRIA DE S. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES, Sé, 18h30

25-26 – Encontro Diocesano para Encerramento do Ano Pastoral (JUV)

26 – Dia dos Avós





Siglário

CCC = Centro Católico de Cultura

CPM = Centro de Preparação para o Matrimónio

EMRC = Educação Moral e Religiosa Católica

ENS = Equipas de Nossa Senhora

JUV = Secretariado Diocesano da Juventude, Universidade e Vocações

SDEC = Secretariado Diocesano da Educação Cristã

SDPM = Secretariado Diocesano da Pastoral das Missões

SDPF = Secretariado Diocesano da Pastoral Familiar

SDPS = Secretariado Diocesano de Pastoral Social

SDL = Secretariado Diocesano da Liturgia

V. CLERO = Vigararia Episcopal do Clero



Produção de 500 ex.
Design e composição – Ricardo Gil Fortuna
Impressão – Minerva Transmontana

